

TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ETAPA

CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente este **caderno** que contém 70 (setenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C, D e E), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Direito Administrativo	01 a 20
Direito Constitucional	21 a 35
Direito Financeiro	36 a 50
Noções de Informática	51 a 55
Instrumentos de Controle Externo	56 a 65
Ética do Servidor na Administração Pública	66 a 70

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura ótica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura ótica.
4. O candidato será **responsável** pelo correto recebimento da prova. **AO RECEBER A PROVA** verifique se o número de gabarito corresponde ao número que está em seu **CARTÃO-RESPOSTA** e, faça a conferência da paginação do seu **CADERNO DE QUESTÕES**.
5. Não haverá substituição parcial ou integral do **CARTÃO-RESPOSTA**, por erro do candidato.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. O **telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova, **até a retirada do candidato do respectivo local.**
7. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, só poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se deixar a sala faltando **15 (quinze) minutos para o término do exame**. Os exemplares não levados serão eliminados.
 - 7.1 o candidato que se retirar da sala de prova, antes do horário autorizado para levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, não poderá retornar à sala para este fim.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. O **fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções**.
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no site concursos.rio.rj.gov.br.

Boa Prova!

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 01.** As autarquias podem ser conceituadas como pessoas jurídicas de Direito Público, que são criadas:
- (A) por lei ou decreto, subordinadas à Administração Central, e que desempenham atividade econômica ou funções tipicamente estatais
 - (B) por lei, subordinadas à Administração Central, e que desempenham atividade tipicamente estatal
 - (C) por lei, controladas pela Administração Central, e que desempenham funções próprias e tipicamente estatais
 - (D) por lei, integrantes da Administração Direta, e que desempenham atividade tipicamente estatal
 - (E) por lei ou decreto, integrantes da Administração Indireta, e que desempenham atividade tipicamente estatal
- 02.** As empresas públicas e sociedades de economia mista apresentam algumas diferenças. Por outro lado, como são espécies do mesmo gênero, isto é, empresas estatais, assemelham-se em alguns aspectos. Constituem uma semelhança e uma diferença entre tais espécies de empresas, respectivamente:
- (A) a personalidade jurídica de direito público e a possibilidade de serem ou não criadas por Estados ou Municípios
 - (B) o modo de criação por autorização de lei específica e a constituição de seu capital
 - (C) a caracterização como Entes da Administração Direta e a forma jurídica societária de que se podem revestir
 - (D) a criação por lei e a personalidade jurídica de direito público das empresas públicas e de direito privado das sociedades de economia mista
 - (E) a forma jurídica societária de que se podem revestir e a possibilidade de as empresas públicas integrarem a Administração Direta, diferentemente do que se dá com as sociedades de economia mista
- 03.** É principalmente com base no Poder de Polícia administrativo que o Poder Público pode:
- (A) requisitar automóveis para a perseguição de criminosos
 - (B) investigar crimes e punir os condenados de forma repressiva
 - (C) combater a criminalidade de forma ostensiva
 - (D) prestar serviços por meio de parcerias público-privadas ou de Entes da Administração Indireta
 - (E) apreender gêneros alimentícios impróprios para consumo

- 04.** É com base no Poder Hierárquico que:
- (A) um guarda de trânsito pode aplicar multas e ordenar o trânsito
 - (B) a União pode intervir nas atividades administrativas de Entes menores, assegurando sua hierarquia sobre eles
 - (C) a autoridade policial pode cumprir mandados de busca e apreensão e de prisão
 - (D) o superior pode avocar atribuições ou atividades de seus subordinados
 - (E) as autoridades têm sempre a faculdade de delegar suas funções aos subordinados
- 05.** O uso dos poderes administrativos pelos agentes públicos pode se dar de forma normal e anormal, também denominada de abusiva. No que se refere ao uso abusivo, verifica-se que:
- (A) o abuso de poder não se relaciona com ilegalidade, mas com inobservância de mandamentos ou princípios constitucionais, só podendo ser controlado pela própria Administração, por força do princípio da autotutela
 - (B) o simples fato de o agente atuar fora dos limites de sua competência não caracteriza abuso de poder, mas sim vício no elemento competência, que poderá ser sanado pelo agente que detinha atribuição para a execução do ato
 - (C) a abusividade configura-se quando o agente atua além de sua competência ou não observa o interesse público em sua conduta, cabendo controle pelo Judiciário ou pela própria Administração
 - (D) o afastamento do interesse público caracteriza uso anormal do poder na modalidade excesso de poder
 - (E) o desvio de finalidade só poderá ser caracterizado quando houver o conluio do agente público com particular
- 06.** A Lei 8.666/93 prevê expressamente alguns princípios aplicáveis aos procedimentos licitatórios. Além destes, a doutrina entende que outros também são aplicados às licitações. Constituem, respectivamente, um princípio expresso e um princípio não expresso, aplicável às licitações:
- (A) sigilo das propostas e formalismo procedimental
 - (B) vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo
 - (C) legalidade e probidade
 - (D) igualdade e publicidade
 - (E) impessoalidade e competitividade

07. A Lei 10.250 determina que o pregão se inicia com:

- (A) o chamamento dos inscritos em registro cadastral próprio por meio de aviso publicado no Diário Oficial local, ou, não havendo, no Diário Oficial do Estado e, facultativamente, divulgação em jornal local ou por meios eletrônicos
- (B) a convocação dos interessados por meio de aviso publicado no Diário Oficial, ou, em sua falta no local, em jornal de circulação local e, facultativamente, por divulgação em meios eletrônicos e, conforme a magnitude da licitação, em jornal de grande circulação
- (C) a afixação nas dependências da repartição municipal do instrumento convocatório, e, facultativamente, divulgação no Diário Oficial, em meio eletrônico ou jornal local
- (D) o chamamento dos inscritos no registro geral de licitações por meio de afixação na Prefeitura do instrumento convocatório, ou, dependendo da magnitude da contratação, por meio de publicação no Diário Oficial e até mesmo em jornal de circulação local ou grande circulação
- (E) a convocação de quaisquer interessados por meio eletrônico, carta, afixação de edital, publicação no Diário Oficial local e, dependendo do vulto da contratação, por publicação no rádio e na imprensa

08. A revogação e a anulação do procedimento licitatório são atos previstos em lei. De acordo com a Lei 8.666/93, constitui requisito:

- (A) de ambos a oportunidade de contraditório e ampla defesa ao vencedor do certame, interessado na não anulação ou não revogação
- (B) da anulação a ocorrência de fato superveniente que importe em relevantes razões de interesse público
- (C) da revogação a ilegalidade no procedimento licitatório, de início ou não
- (D) da anulação, mas não da revogação, o contraditório e ampla defesa
- (E) de ambos a propositura de ação judicial

09. O Prefeito do Município X está com dúvidas sobre duração, prorrogação, alteração e extinção de contratos administrativos. Decide então consultar a Lei 8.666/93, que possui uma série de dispositivos sobre o assunto. Entre os dispositivos desta lei, está a previsão de que:

- (A) é cabível modificação unilateral, mas não rescisão unilateral, pois a rescisão só se dá por mútuo acordo ou pela via judicial, assegurados o contraditório e ampla defesa do contratante
- (B) a prorrogação é admitida nos prazos de conclusão e de entrega, mas não no de início, hipótese em que o contrato será rescindido por culpa do contratado, sem direito a indenização
- (C) os contratos administrativos devem ser feitos por prazo certo, que, em regra, não deve ultrapassar o prazo de vigência dos respectivos créditos orçamentários
- (D) a alteração bilateral do contrato, assim como a unilateral, são possíveis, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro, devendo ambas as alterações ser registradas por aditamento, e não por simples apostila
- (E) a possibilidade de rescisão unilateral decorre da supremacia do interesse público e, por isso, independe de previsão legal e de motivação

10. No que se refere aos contratos firmados entre particulares e o Poder Público, há previsões legais de sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato. Nesse contexto, verifica-se que:

- (A) no caso de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração, é possível ao sancionado que promova sua reabilitação, que dependerá sempre de concordância da Administração
- (B) uma dessas sanções se constitui na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, que tem incidência por prazo indeterminado
- (C) na sanção de advertência, em regra, não é necessária a oportunidade de defesa ao sancionado, já que não gera a este danos patrimoniais
- (D) as sanções de suspensão temporária e impedimento para contratar com a Administração, têm, respectivamente, os prazos máximos de 1 ano e 3 anos
- (E) a sanção de suspensão temporária não pode ser aplicada em conjunto com a pena de multa e exige o devido processo legal antes de sua aplicação, devendo o direito de defesa ser exercido, segundo a Lei 8.666/93, em 15 dias úteis

- 11.** O acesso aos cargos públicos é matéria de suma importância em um Estado Democrático de Direito. No Brasil, no que diz respeito a essa matéria, verifica-se que:
- (A) a investidura em cargos públicos depende de prévia aprovação em concurso público, no entanto a investidura em emprego público na Administração Indireta não se sujeita a tal requisito
 - (B) os empregos públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos são privativos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos
 - (C) os empregos públicos são inacessíveis a estrangeiros, exceção feita aos portugueses que vivam no Brasil há mais de 1 ano
 - (D) a investidura em qualquer função pública depende de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos
 - (E) a ascensão e a transferência são vedadas como forma de investidura em cargos públicos
- 12.** Uma das diversas classificações dos cargos públicos se baseia nas garantias e características do cargo. Por esse critério, é possível classificar os cargos como:
- (A) isolados e em comissão
 - (B) isolados e vitalícios
 - (C) isolados e de carreira
 - (D) em comissão e efetivos
 - (E) vitalícios e isolados
- 13.** Ao dispor sobre acumulação de cargos públicos, as normas constitucionais referentes aos servidores públicos determinam que:
- (A) a acumulação remunerada de cargos na Administração Direta é vedada, mas na Indireta não
 - (B) em regra, os cargos, empregos e funções públicas não podem ser acumulados de forma remunerada, com algumas exceções expressamente previstas
 - (C) em caso de acumulação de cargos, a soma das remunerações não pode ultrapassar o teto remuneratório do serviço público em geral, que é o subsídio do Presidente da República
 - (D) a acumulação de um cargo de juiz com outro de professor é possível, mas a de membro integrante de Tribunal Superior com o de professor não
 - (E) a acumulação de cargos é restrita ao servidor brasileiro, sendo vedada aos estrangeiros
- 14.** A deliberação nº 149, de 16 de Dezembro de 2002, foi editada pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) com o objetivo de regular a apreciação de atos concessivos de aposentadoria e pensões. Nesse sentido, estabelece que:
- (A) ocorrendo revisão do ato concessório de aposentadoria que implique em transformação de inativação com vencimentos proporcionais em inativação com vencimentos integrais, o controle pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) será facultativo se, antes da revisão, o ato já tiver sido analisado pelo Plenário do órgão
 - (B) após a assinatura do ato concessório de aposentadoria ou pensão, o órgão competente deverá remetê-lo ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) no prazo máximo de 1 ano, sob pena de configuração de crime funcional do servidor que deixar de fazê-lo
 - (C) os atos concessórios de aposentadorias e pensões no Município do Rio de Janeiro, assim como as consequentes fixações de proventos, são apreciados pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) para fins de registro
 - (D) alterada a fundamentação legal do ato concessório de aposentadoria ou pensão por meio de revisão, a análise pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) é inafastável, independentemente da natureza da alteração
 - (E) o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) deve rever anualmente os atos concessórios de aposentadoria e pensões no âmbito do Município do Rio de Janeiro, mas não aqueles relacionados aos servidores federais e estaduais
- 15.** “Reingresso no serviço público municipal, a juízo do Prefeito, sem ressarcimento dos vencimentos ou vantagens, do funcionário exonerado ou demitido, depois de apurado em processo, quanto ao segundo caso, que não subsistem os motivos que determinaram a demissão.” Dessa forma, o Estatuto dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro conceitua:
- (A) Reintegração
 - (B) Reversão
 - (C) Reaproveitamento
 - (D) Redirecionamento
 - (E) Readmissão

16. As parcerias público-privadas (PPP) são conceituadas como contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa, sendo permitida a celebração de contrato de PPP para prestação de serviço público:

- (A) ao Poder Público ou a este associado a particulares, nos contratos cujo valor seja, no mínimo, de 10 milhões de reais e, no máximo, de 20 milhões de reais
- (B) a particular ou ao Poder Público, com possibilidade de delegação de poder regulatório ao prestador do serviço
- (C) jurisdicional e ligado ao poder de polícia
- (D) a usuários particulares, com remuneração, em parte, pelo Poder Público
- (E) ao Poder Público pelo prazo máximo de cinco anos, prorrogáveis por mais um ano

17. Os bens públicos possuem um regime jurídico próprio, que os diferencia dos bens privados. Nesse cenário, os bens públicos:

- (A) podem ser alienados, caso sejam dominicais, nos termos da lei, de forma condicionada
- (B) são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis, podendo ser usucapidos se a posse do usucapiente for mansa e pacífica, de justo título e boa fé
- (C) podem ser dados em garantia em regra, mas não podem ser penhorados
- (D) são impenhoráveis, exceto quando se tratar de decisão judicial do STF que ponha fim à fase executiva de processo judicial
- (E) são inalienáveis, mas podem ser dados em garantia real

18. A Responsabilidade Civil do Estado passou por diversas fases evolutivas até chegar à que atualmente se encontra no Brasil. A ordenação dessas fases, da mais antiga para a atual, apresenta-se nesta sequência:

- (A) responsabilidade subjetiva; responsabilidade com culpa; responsabilidade objetiva; culpa administrativa
- (B) responsabilidade objetiva; culpa administrativa; responsabilidade subjetiva; risco integral
- (C) irresponsabilidade; responsabilidade com culpa; culpa administrativa; responsabilidade independente de culpa ou dolo
- (D) risco integral; responsabilidade subjetiva; culpa administrativa; responsabilidade objetiva
- (E) culpa administrativa; risco administrativo; responsabilidade subjetiva; responsabilidade objetiva

19. A Lei 3.714/03 prevê expressamente, como uma das sanções ou medidas preventivas aplicáveis pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) diretamente ou não:

- (A) demissão precedida de ampla defesa e contraditório
- (B) arresto judicial de bens
- (C) pena de prisão em regime aberto ou domiciliar
- (D) cassação de aposentadoria
- (E) pena de inelegibilidade

20. O ato decretado pela autoridade competente que tem como consequência o arquivamento de processo administrativo, decorrente de requerimento, se o interessado não cumprir no prazo determinado exigência formulada, caracteriza o instituto da:

- (A) decadência
- (B) prescrição
- (C) perempção
- (D) revisão
- (E) revelia

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. As Constituições são classificadas de diferentes maneiras. De forma não exauriente, no que se refere à Constituição Federal Brasileira de 1988, podemos classificá-la como:

- (A) outorgada, escrita, formal, dirigente e expansiva
- (B) histórica, ortodoxa, sintética, garantia e liberal
- (C) formal, dirigente, flexível, garantia e expansiva
- (D) promulgada, analítica, rígida, principiológica e social
- (E) material, escrita, dirigente, semirrígida e liberal

22. A alteração do significado e sentido das normas constitucionais, sem necessidade de alteração de seu texto, caracteriza o fenômeno da:

- (A) mutação constitucional
- (B) reforma constitucional
- (C) interpretação negativa constitucional
- (D) teoria dos poderes implícitos constitucionais
- (E) comparação constitucional

23. Os atos normativos são controlados pelo Judiciário de forma difusa e concentrada. O controle concentrado recebe essa denominação por estar concentrado na atuação do Supremo Tribunal Federal, que é o guardião principal da Constituição Federal. O controle difuso, por sua vez, apresenta a seguinte característica:

- (A) a possibilidade de um Tribunal declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei em determinado caso concreto, sendo desnecessária a observância da cláusula de reserva de plenário se já houver decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal ou do Pleno do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria
- (B) a produção de efeitos entre as partes do processo em que ocorreu o controle, podendo haver a suspensão da eficácia da lei pelo Senado Federal, caso em que os efeitos serão aplicáveis a todos, de forma retroativa
- (C) o fato de, uma vez declarada a inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, haver a possibilidade de o Senado Federal suspender sua eficácia, o que pode se dar em relação a leis federais, estaduais, distritais ou mesmo municipais
- (D) a necessidade de os Tribunais obedecerem à chamada cláusula de reserva de plenário para a decretação de inconstitucionalidade da lei, enquanto os juízes de direito não estão sujeitos a tal limitação, exceto nos casos em que a Fazenda Pública esteja em um dos polos da relação processual
- (E) a produção de efeitos entre as partes do processo, restritos às pessoas que participaram da causa, sendo tais efeitos em regra prospectivos, observado o princípio da segurança jurídica

24. O controle concentrado de constitucionalidade pode se dar sob as formas de Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica (ADI genérica), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), Ação Direta Interventiva (ADI interventiva) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). No que diz respeito à forma de ADI genérica, verifica-se que:

- (A) o Supremo Tribunal Federal pode julgar parcialmente procedente determinado pedido declaratório de inconstitucionalidade, expurgando do texto legal, por exemplo, apenas uma palavra
- (B) os efeitos da declaração de inconstitucionalidade são válidos para todos e têm força retroativa em regra, podendo ser conferido efeito prospectivo se no mínimo 6 Ministros, maioria absoluta, votarem nesse sentido
- (C) pode haver a atuação do chamado *amicus curiae*, que tem legitimidade para interpor os recursos necessários à discussão da matéria que está sendo objeto do julgamento
- (D) podem ser conferidos efeitos retroativos ou prospectivos à decisão, desde que respeitados os requisitos legais, vedada, no entanto, a escolha de um momento passado, diferente do momento de entrada em vigor da norma, para servir como marco de eficácia da decisão de inconstitucionalidade
- (E) é vedado o controle de normas constitucionais originárias, súmulas vinculantes e medidas provisórias, entre outros atos normativos ou com força de lei

25. O Poder Constituinte Originário inicia um novo ordenamento jurídico contitucional, acabando por criar de fato um novo Estado. Tal Poder, além de inicial, é visto pela doutrina como autônomo, ilimitado e incondicionado. Já o Poder Constituinte Derivado é criado pelo Originário, devendo obedecer, portanto às normas de seu instituidor. Com respeito ao Poder Constituinte Derivado, verifica-se que o:

- (A) reformador foi limitado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e não pode mais ser aplicado à Constituição Federal Brasileira
- (B) reformador é verificado por meio de medidas provisórias e leis complementares
- (C) decorrente se liga à capacidade de auto-organização da União
- (D) decorrente se estende aos Estados, mas não aos Municípios
- (E) revisor tem como forma de manifestação as emendas constitucionais de revisão, sem as limitações referentes às emendas de reforma

26. No que se refere à organização do Estado Brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece uma série de regras e princípios. Entre as normas constitucionais, está presente o seguinte dispositivo:

- (A) os Estados Federados se organizam pelas Constituições estaduais, observados os princípios da Constituição Federal. Entre tais princípios, está o da soberania dos Estados
- (B) os territórios federais integram a União, têm natureza de autarquia e podem ser divididos em Municípios. Além disso, as contas de seu Governo devem ser submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União
- (C) os Municípios se regem por lei orgânica, votada em turno único pela Câmara Municipal, com aprovação mínima de 2/3 de seus membros
- (D) o Distrito Federal é um Ente Federativo híbrido que se rege por lei orgânica, votada em turno único, sendo-lhe assegurado competências legislativas estaduais e municipais
- (E) o Distrito Federal pode ser dividido em Municípios e se rege por lei orgânica, aprovada por no mínimo 2/3 dos deputados distritais

27. Os Municípios não possuem propriamente uma Constituição. São regidos, no entanto, por lei orgânica, por determinação expressa da Constituição Federal. Esse conjunto de normas estabelece a base dos Poderes Municipais e da Organização dos Municípios, observadas as normas das Constituições Federal e Estadual. Pode ainda, autorizar determinados atos e impor vedações aos administradores e legisladores municipais. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro permite à Administração:

- (A) a alienação de bens imóveis mediante autorização do Prefeito
- (B) a criação de carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargo eletivo
- (C) a criação de preferências, quando autorizadas por lei, entre cidadãos nascidos no Município do Rio de Janeiro em relação a cidadãos provenientes de outros Estados
- (D) a recusa a documentos públicos de outros Municípios, quando sujeitos a intervenção federal
- (E) a colaboração de interesse público, na forma da lei, com igrejas

28. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estabelece que, nos casos de vacância dos cargos de Prefeito e Vice Prefeito, devem assumir, sucessivamente:

- (A) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- (B) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- (C) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Presidente do Tribunal de Contas do Município
- (D) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Corregedor Geral do Tribunal de Justiça
- (E) o Presidente da Câmara de Vereadores, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal de Contas do Município

29. A intervenção, instrumento previsto pela Constituição Federal em momentos de crise, assegura o equilíbrio federativo e só deve ser decretada em situações excepcionais. De acordo com as normas constitucionais e com a doutrina sobre o assunto, a intervenção:

- (A) é instrumento de afastamento momentâneo da autonomia do Ente Federativo, tendo suas hipóteses de ocorrência taxativamente previstas na Constituição Federal
- (B) federal pode se dar nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios
- (C) deve ser provocada por requisição ou solicitação, não cabendo no Direito Brasileiro a chamada intervenção espontânea
- (D) pode se dar por meio de decreto do Presidente da República, sendo vedada a nomeação de interventor
- (E) federal não se submete a controle pelo Legislativo, mas sim pelo Judiciário, que atua, nesse caso, por meio de análise pelo Supremo Tribunal Federal da presença dos requisitos legais necessários a sua decretação

- 30.** O Processo Legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. As normas constitucionais estabelecem que:
- (A) a discussão dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal tem início no Senado Federal
 - (B) a Constituição pode ser emendada mediante proposta de no mínimo 1% do eleitorado do país
 - (C) a lei que disponha sobre criação de cargos na administração autárquica é de iniciativa privativa do Congresso Nacional
 - (D) as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deve solicitar a delegação ao Congresso Nacional, tendo esta delegação a forma de resolução
 - (E) o veto realizado pelo Presidente da República pode ser rejeitado pelo voto de no mínimo 2/3 dos membros do Congresso
- 31.** A Constituição Federal estabelece que: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU)”. Estabelece ainda expressamente que o TCU:
- (A) é formado por nove Ministros, sendo seis escolhidos pelo Presidente e três pelo Congresso Nacional
 - (B) é formado por cidadãos que, entre outros requisitos, tenham formação em grau superior de Direito
 - (C) é formado por nove Ministros, que terão os mesmos impedimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça
 - (D) é impedido de exercer o controle fiscal de sociedades de economia mista, sendo imperioso o controle das empresas públicas
 - (E) é autorizado a decretar a quebra de sigilo bancário e fiscal de administradores públicos
- 32.** O Ministério Público é considerado função essencial à Justiça. É caracterizado ainda como instituição permanente, tendo como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Além disso, observa-se que o Ministério Público:
- (A) da União tem como chefe o Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República e com mandato de 2 anos, permitindo apenas uma recondução
 - (B) tem como princípio institucional a unidade entre o Ministério Público da União e dos Estados
 - (C) é formado por promotores ou procuradores, que recebem, além do subsídio mensal, honorários nos processos em que atuam
 - (D) tem suas funções institucionais previstas de forma taxativa pela Constituição Federal
 - (E) eleitoral é desprovido de estrutura própria, sendo formado por membros do Ministério Público Federal ou Estadual e tendo como chefe o Procurador Geral da República

- 33.** Os direitos fundamentais estão expressamente previstos na Constituição Federal, mas não de forma taxativa. Eles diferenciam das garantias fundamentais, em uma relação de bem ou vantagem e instrumento garantidor de seu exercício ou reparação. Verifica-se que o direito fundamental:
- (A) à vida se liga à manutenção da vida, mas não ao direito de ter uma vida digna
 - (B) de herança se enquadra na categoria dos direitos individuais e coletivos e é previsto expressamente na Constituição Federal, sendo a forma como é exercido regida pelo Direito Privado
 - (C) de reunião não pode ser restringido ou suspenso, exceto na hipótese exclusiva de decretação de estado de sítio
 - (D) de propriedade é absoluto, o que confere ao proprietário o poder de utilizar o imóvel da forma que desejar, com observância somente dos bons costumes
 - (E) de petição pode ser exercido por qualquer pessoa natural, mas não por pessoas jurídicas ou por estrangeiros
- 34.** O mandado de segurança é um importante remédio constitucional, sendo reconhecido por muitos como uma criação do direito brasileiro. Esteve presente em todas as Constituições desde 1934, com exceção da Constituição de 1937. De acordo com a doutrina sobre o mandado de segurança e as normas constitucionais que regem o instituto, verifica-se que:
- (A) o mandado de segurança admite a forma repressiva, mas não a preventiva
 - (B) tal remédio protege o acesso ou retificação de informações do impetrante, entre outras funções
 - (C) o mandado de segurança pode ser interposto contra ato emanado de autoridade pública, mas não contra ato de particular no exercício de atribuições públicas
 - (D) há prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, o que não significa que, perdido o prazo, estará extinto o direito que se buscava por meio do referido remédio constitucional
 - (E) tal remédio é cabível para a proteção de direito líquido e certo, ou seja, para a defesa de situações jurídicas que necessitam de dilação probatória em juízo

35. A seguridade social abarca um conjunto integrado de ações do Poder Público e da Sociedade, assegurando os direitos ligados à saúde, previdência e assistência social. No que se refere à seguridade social, sabe-se que:

- (A) o sistema único de saúde (SUS) é financiado com recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados e do Distrito Federal, mas não dos Municípios
- (B) os Estados e o Distrito Federal devem obrigatoriamente investir, no mínimo, 1% de seu orçamento na prestação de assistência social
- (C) são previstos inúmeros benefícios previdenciários, entre os quais o seguro desemprego, o auxílio reclusão e o auxílio funeral
- (D) por meio da assistência social, garante-se um salário mínimo a idosos e portadores de deficiência física, independentemente de outros requisitos
- (E) o regime de previdência complementar não detém autonomia em relação ao regime de previdência social, estando a este vinculado

DIREITO FINANCEIRO

36. Quanto à atividade financeira do Estado, entende-se que:

- (A) relaciona-se com a obtenção de recursos e a realização de gastos pela Fazenda Pública, sendo neutra quanto a princípios jurídicos e valores ligados aos direitos fundamentais
- (B) é o conjunto de competências relacionadas à fiscalidade, não envolvendo atribuições ligadas à extrafiscalidade
- (C) engloba as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedado o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais
- (D) diz respeito às normas relacionadas ao orçamento público
- (E) é uma atividade puramente instrumental, sem um fim em si mesma

37. Um dos princípios que norteiam o orçamento público é o da legalidade, segundo o qual:

- (A) toda receita pública deverá estar prevista na lei orçamentária, sob pena de vir a ser considerado ilegal o recurso público recebido sem previsão orçamentária
- (B) todas as receitas e despesas públicas deverão estar previstas na lei orçamentária, sob pena de vir a ser considerada ilegal toda despesa ou recurso público que não tiver previsão no orçamento
- (C) autoriza-se a aprovação do orçamento por medida provisória, quando o Poder Legislativo não o fizer até o final do exercício financeiro anterior
- (D) é vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais
- (E) o orçamento deverá ser aprovado por lei complementar

38. Segundo o princípio da exclusividade, o orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. A Constituição de 1988, contudo, prevê algumas **EXCEÇÕES** a esta norma, entre as quais está a:

- (A) do estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como de condições para a instituição e funcionamento de fundos
- (B) do estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada
- (C) da autorização para abertura de créditos suplementares
- (D) do estabelecimento de metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente
- (E) da instituição de empréstimo compulsório

39. Embora a Constituição não o preveja expressamente, algumas de suas normas referem-se, direta ou indiretamente, ao princípio do equilíbrio orçamentário, o qual:
- (A) é um princípio que, embora esteja implícito, tem força cogente, devendo ser obrigatoriamente observado pelo legislador, sob pena de a lei orçamentária vir a padecer de vício de inconstitucionalidade material
 - (B) tem densidade normativa aberta, sendo destituído de eficácia imediata e sujeito à reserva do possível
 - (C) é norma cogente, pela qual se veda totalmente a previsão de déficit orçamentário, podendo o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade da lei orçamentária que a contenha
 - (D) impõe à lei orçamentária que, se for previsto algum tipo de déficit, exponha, na sua justificativa, os motivos que levaram a essa previsão, sob pena de essa lei vir a ser considerada inconstitucional
 - (E) estabelece o dever de o orçamento ser sempre superavitário
40. A natureza jurídica do orçamento público já foi muito discutida. Prevalece, na atualidade, o sentido de que o orçamento:
- (A) é lei formal, que apenas prevê as receitas públicas e autoriza os gastos, sem criar direitos subjetivos e sem modificar as leis tributárias e financeiras
 - (B) é lei material e, portanto, cria direitos e inova quanto às leis financeiras, notadamente no campo do Direito Tributário, com o princípio da anualidade
 - (C) não é lei formal nem material, mas lei *sui generis*, tendo natureza administrativa, no que respeita à despesa, e lei material, no tocante à autorização para a cobrança de tributos
 - (D) embora seja aprovado como lei formal, tem natureza de ato administrativo, cujos fundamentos vinculam à Administração Pública, sendo de execução e observância obrigatórios
 - (E) embora tenha a forma de lei, aplica-se como um regulamento administrativo referente ao auferimento de receitas e à realização das despesas públicas
41. Constitui um ingresso de receita pública originária:
- (A) a contribuição de melhoria
 - (B) o empréstimo compulsório
 - (C) a contribuição de intervenção no domínio econômico
 - (D) o laudêmio
 - (E) a taxa
42. À luz da classificação instituída pela Lei 4.320/64, as despesas públicas com o pagamento de inativos e pensões devem ser classificadas como:
- (A) despesas de custeio
 - (B) despesas de capital
 - (C) transferências de capital
 - (D) transferências correntes
 - (E) inversões financeiras
43. Constitui um ingresso de receita pública derivada:
- (A) o royalty
 - (B) a tarifa
 - (C) a compensação financeira
 - (D) o bônus de assinatura
 - (E) o empréstimo compulsório
44. Em decorrência dos grandes estragos causados por enchentes, a Câmara Municipal, após a aprovação da lei orçamentária anual relativa ao exercício subsequente, autorizou a abertura de crédito extraordinário para custear as despesas com obras emergenciais. Esta autorização foi promulgada em 20 de dezembro do exercício em curso. A previsão é de que essas obras somente sejam concluídas no início de fevereiro do exercício seguinte. Considerando-se que a lei orçamentária relativa ao ano seguinte já foi sancionada, pode-se afirmar que:
- (A) o crédito extraordinário deverá ser objeto de nova autorização pela Câmara Municipal
 - (B) como a abertura de crédito extraordinário nos últimos quatro meses do ano é vedada, deverá ser considerada ilegal a autorização promulgada pela Câmara Municipal
 - (C) o crédito extraordinário poderá ser reaberto no limite de seu saldo, e será incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente
 - (D) poderá o Prefeito editar medida provisória para autorizar a reabertura do crédito extraordinário
 - (E) a Câmara Municipal deverá aprovar um aditamento ao orçamento do exercício subsequente
45. Na realização da receita pública, é necessário seguir um procedimento, cuja ordem é:
- (A) verificação, liquidação e pagamento
 - (B) empenho, liquidação e pagamento
 - (C) empenho, pagamento e liquidação
 - (D) empenho, verificação e pagamento
 - (E) empenho, verificação e liquidação

- 46.** A dívida pública é um tópico que vem recebendo especial atenção na disciplina das finanças públicas. Com referência à dívida pública, verifica-se que:
- (A) compete privativamente ao Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Municípios
 - (B) incluem-se no seu conceito as dívidas caracterizadas como da Administração Pública, como aluguéis, aquisição de bens, prestação de serviços etc.
 - (C) o empréstimo público não compõe a dívida pública do Município
 - (D) é possível a realização de operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, desde que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela maioria simples da Câmara Municipal
 - (E) as condenações judiciais transitadas em julgado, que originam precatório, integram a Dívida Pública do Município
- 47.** O Prefeito do Município do Rio de Janeiro editou um decreto, por meio do qual autorizou a subscrição de ações representativas do capital social de uma empresa pública com créditos de IPTU inscritos em Dívida Ativa. Essa empresa teria a responsabilidade de efetuar a cobrança desses créditos, inclusive judicialmente. A respeito da legalidade dessa medida, afirma-se que:
- (A) como os créditos tributários já estão inscritos em Dívida Ativa, não há que se falar na proibição de vinculação da receita de imposto a determinada despesa, razão pela qual essa medida é perfeitamente válida
 - (B) trata-se de medida ilegal, pois o capital social de uma empresa pública somente pode ser subscrito em dinheiro, não sendo possível a subscrição com direitos creditórios
 - (C) embora essa não seja a regra, a Lei Orgânica do Município autoriza a vinculação de créditos de imposto para esse tipo de finalidade
 - (D) trata-se de medida legal, pois a Lei Orgânica do Município veda apenas a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, e a empresa pública não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses
 - (E) trata-se de medida ilegal, pois o crédito tributário não é alienável, transmissível e renunciável
- 48.** Constitui uma das formas de extinção da Dívida Pública:
- (A) a emissão de títulos da Dívida Pública
 - (B) a alienação de títulos da Dívida Pública
 - (C) a cessão de títulos da Dívida Pública
 - (D) a conversão de títulos da Dívida Pública
 - (E) a negociação de títulos da Dívida Pública

- 49.** A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Entre outros assuntos, ela trata da execução orçamentária e do cumprimento de metas, disciplinando que:
- (A) os recursos legalmente vinculados à finalidade específica poderão ser utilizados para outras finalidades, desde que isso se dê em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso e que haja justificado interesse público
 - (B) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, caberá apenas ao Poder Executivo promover limitação de empenho e movimentação financeira
 - (C) até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso
 - (D) uma vez determinada a limitação de empenho e movimentação financeira, esta deverá ser observada até o final do exercício financeiro, ainda que a receita prevista venha a se restabelecer
 - (E) a limitação de empenho e movimentação financeira alcançará toda e qualquer despesa
- 50.** Uma das maiores preocupações quanto ao aumento do endividamento público diz respeito às despesas de pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o seguinte limite para os gastos com pessoal dos Municípios:
- (A) 70% da Receita Corrente Líquida
 - (B) 60% da Receita Corrente Líquida
 - (C) 50% da Receita Corrente Líquida
 - (D) 45% da Receita Corrente Líquida
 - (E) 28% da Receita Corrente Líquida

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 51.** Na operacionalização dos microcomputadores, há necessidade da conexão de dispositivos de entrada e saída de dados. Três exemplos de dispositivos que, em momentos de processamento diferentes, atuam tanto na entrada como na saída, são:
- (A) impressora Matricial, pendrive e CD/RW
 - (B) impressora Matricial, DVD/RW e CD-R
 - (C) impressora a Laser, scanner e plotter
 - (D) impressora Multifuncional, disco rígido e pendrive
 - (E) impressora Multifuncional, plotter e DVD-R

52. No Linux, no modo comandos do prompt, para a criação de novos diretórios ou pastas, deve ser utilizada a seguinte sintaxe:

- (A) `rm /mnt/hda6/arquivos`
- (B) `cd /mnt/hda6/arquivos`
- (C) `mkdir /mnt/hda6/arquivos`
- (D) `dir /mnt/hda6/arquivos`
- (E) `tar /mnt/hda6/arquivos`

53. No uso dos recursos do Word no pacote MSOffice 2007, versão em português, um usuário utilizou, em momentos diferentes, dois atalhos de teclado, o primeiro como alternativa ao acionamento, por meio do ponteiro do mouse, do ícone , referente ao recurso **sobrescrito**, e o segundo, pelo acionamento da opção **Salvar como**. Esses atalhos de teclado são executados por meio do acionamento simultâneo, respectivamente, das teclas:

- (A) Ctrl e Shift e + / F7
- (B) Ctrl e Shift e + / F12
- (C) Ctrl e Shift e + / F3
- (D) Ctrl e + / F7
- (E) Ctrl e + / F12

54. Em uma planilha criada no *Excel* do pacote MSOffice 2007 BR, foi inserida a fórmula **=SOMASE(\$B\$5:\$B\$20;J5;\$C\$5:\$C\$20)** na célula K5. Verifica-se que foi aplicado nessa fórmula um recurso às células de B5 a B20 e de C5 a C20. Na elaboração da planilha foi selecionada a célula K5 e executado o atalho de teclado Ctrl + C, para, em seguida, posicionando-se o cursor em K6, executar-se um outro atalho Ctrl + V. O recurso e a fórmula copiada para K6 são, respectivamente:

- (A) referência absoluta e
`=SOMASE($B$5:$B$20;J6;$C$5:$C$20)`
- (B) referência absoluta e
`=SOMASE($B$6:$B$21;J5;$C$6:$C$21)`
- (C) referência relativa e
`=SOMASE($B$5:$B$20;J6;$C$5:$C$20)`
- (D) referência estática e
`=SOMASE($B$5:$B$20;J6;$C$5:$C$20)`
- (E) referência relativa e
`=SOMASE($B$6:$B$21;J5;$C$6:$C$21)`

55. No que diz respeito à segurança das informações, nas redes e na internet, dois termos empregados com significados distintos, são descritos a seguir.

- I - tipo de vírus espião, cujo objetivo é capturar dados e senhas para uso em fraudes eletrônicas.
- II - tipo de e-mail que sobrecarrega a rede normalmente, podendo conter histórias falsas, correntes de cunho sentimental, filantrópico ou humanitário, ou falsos vírus que ameaçam destruir, contaminar ou formatar o disco rígido.

Esses tipos são conhecidos, respectivamente, como:

- (A) firmware e sniffer
- (B) firmware e spam
- (C) firmware e hoax
- (D) spyware e hoax
- (E) spyware e sniffer

INSTRUMENTOS DE CONTROLE EXTERNO

56. Um servidor requer a sua aposentadoria. A Administração Pública defere esse pedido e o remete ao Tribunal de Contas, para o seu registro. Antes do julgamento desse registro, o Tribunal de Contas determina a realização de uma diligência, que consiste em uma recomendação ao órgão da Administração Pública para que reveja a sua decisão sobre a aposentadoria. Instado a se manifestar, o aludido órgão reitera as suas razões para deferir a aposentadoria. Diante dessa resposta, caberá ao Tribunal de Contas:

- (A) determinar ao órgão público que atenda à sua recomendação
- (B) aplicar sanção administrativa ao administrador público que deixou de atender à recomendação
- (C) apreciar o pedido de aposentadoria, podendo negar o seu registro, caso entenda que as condições para o seu deferimento não estejam presentes
- (D) obrigatoriamente, deferir o registro da aposentadoria
- (E) questionar o administrador público sobre o não atendimento à recomendação

57. A Constituição de 1988 ampliou significativamente as competências do Tribunal de Contas da União e, conseqüentemente, dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. Entre essas competências, está a de apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Com respeito a essa atribuição, verifica-se que:

- (A) o registro das aposentadorias, reformas e pensões não é requisito de validade e eficácia desses benefícios, caracterizando-se como um ato formal, que confere publicidade ao ato de concessão
- (B) caberá ao Tribunal de Contas examinar a legalidade da concessão da aposentadoria, reforma ou pensão, podendo negar o registro, caso julgue que os requisitos para a concessão do benefício não estejam presentes, ou até rever o ato de concessão, para aumentar ou reduzir o valor dos proventos ou pensão fixados
- (C) a concessão de aposentadoria, reforma e pensão é um ato composto, por meio do qual caberá à Administração Pública conceder o benefício, mas a sua exequibilidade dependerá de posterior verificação pelo Tribunal de Contas
- (D) a concessão de aposentadoria, reforma e pensão se dá por meio de um processo administrativo, cuja decisão final e definitiva caberá ao Tribunal de Contas, que deverá apreciar a legalidade do benefício requerido e promover o seu registro, se o pedido for deferido
- (E) a concessão de aposentadoria, reforma e pensão é um ato complexo, que somente se aperfeiçoa pelas manifestações convergentes da Administração Pública e do Tribunal de Contas

58. Com o advento da Constituição da República de 1988, ampliou-se de forma significativa o conjunto de competências dos Tribunais de Contas, os quais, distanciados do modelo inicial consagrado na Constituição de 1891, foram investidos de poderes mais amplos, que ensejam, agora, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das pessoas estatais e das entidades e órgãos de sua administração direta e indireta. Constitui competência dos Tribunais de Contas:

- (A) anular atos e contratos administrativos, quando os reputar ilegais, desde que o faça com observância ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório
- (B) sustar ato administrativo considerado ilegal, desde que seja assinalado prazo para que o administrador público possa sanar a ilegalidade apontada, e este não o faça no mencionado prazo
- (C) baixar regulamentos autônomos para a execução de leis que envolvam matéria financeira, orçamentária e de pessoal da Administração Pública direta e indireta
- (D) invalidar atos administrativos negociais, com exceção dos contratos administrativos
- (E) declarar, com efeitos vinculantes, a inconstitucionalidade de uma lei, permitindo, com isso, que a Administração Pública deixe de aplicá-la

59. Uma das principais características do constitucionalismo é a função de fiscalização. Pelo sistema de freios e contrapesos, o exercício de uma função de Estado deve ser sempre fiscalizado, controlado. Quanto às atividades da Administração Pública, a Constituição da República de 1988 previu sistemas de controle externo e interno. No tocante ao controle interno, decorre dessa atividade a:

- (A) autoexecutoriedade dos atos administrativos
- (B) presunção de legitimidade dos atos administrativos
- (C) imperatividade dos atos administrativos
- (D) possibilidade de a Administração Pública revogar seus próprios atos
- (E) possibilidade de a Administração Pública anular seus próprios atos

60. A Constituição de 1988 alterou diversos aspectos relacionados aos Tribunais de Contas do Município. Especificamente sobre os Tribunais de Contas do Município, afirma-se que:

- (A) a Constituição de 1988 somente autorizou a criação de Tribunais de Contas do Município nos municípios que sejam capitais
- (B) a Constituição vedou a criação de novos Tribunais de Contas do Município, mas permitiu a instituição de Conselhos ou órgãos de contas do município
- (C) a Constituição vedou a criação de novos Tribunais de Contas do Município, de modo que somente dois municípios em todo o Brasil possuem seus próprios Tribunais de Contas
- (D) existem atualmente somente três Tribunais de Contas do Município: o do Rio de Janeiro, o de São Paulo e o do Distrito Federal
- (E) podem ser instituídos Tribunais de Contas do Município em municípios que tenham população superior a um milhão de habitantes

61. O Tribunal de Contas do Município, ao tomar conhecimento de uma ilegalidade contida em um contrato administrativo celebrado pela Administração Pública, poderá tomar as seguintes medidas:

- (A) representar à Câmara Municipal, solicitando a sustação do contrato administrativo
- (B) representar ao Poder Executivo, conferindo-lhe prazo para sanar a ilegalidade, sob pena de sustação do contrato
- (C) representar ao Poder Executivo, notificando as partes interessadas no contrato, para que apresentem suas justificativas, e podendo determinar a invalidação do contrato
- (D) asseguradas as garantias do contraditório e ampla defesa, invalidar o contrato
- (E) decidir diretamente a respeito da pretensão nulidade

62. A Constituição de 1988 assegura a participação popular na fiscalização e no controle das contas públicas. A Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu, para facilitar o exercício desse mister pela população, entre outros, o seguinte instrumento:

- (A) a utilização de redes sociais para informar à população acerca da execução orçamentária e financeira
- (B) a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público
- (C) o envio de relatórios sobre a execução orçamentária e financeira, e também sobre a arrecadação de receitas públicas, através de correios eletrônicos previamente cadastrados
- (D) a divulgação mensal, em sítio na rede mundial de computadores, de relatórios sobre a execução orçamentária e financeira e também sobre a arrecadação de receitas públicas
- (E) a apresentação de informes regulares sobre a carga tributária

63. Um servidor público municipal, com amparo em uma lei municipal, requereu a contagem de tempo de contribuição fictício para os fins de aposentadoria. Esse pedido foi deferido pela Administração Pública. Logo em seguida, ele requereu a sua aposentadoria, valendo-se, para tanto, da contagem daquele tempo de contribuição fictício, que a lei municipal permite fazer. Esse pedido de aposentadoria foi levado ao Tribunal de Contas do Município para registro. Diante desse caso concreto, caberia ao Tribunal de Contas do Município:

- (A) declarar a inconstitucionalidade da lei municipal que permite a contagem de tempo de contribuição fictícia, com efeitos vinculantes, negando registro à aposentadoria
- (B) suspender a apreciação do pedido de aposentadoria, requisitando ao Prefeito a propositura de representação de inconstitucionalidade daquela lei municipal que permite a contagem de tempo de contribuição fictícia
- (C) suspender a apreciação do pedido de aposentadoria, para propor representação de inconstitucionalidade da lei municipal que permite a contagem de tempo de contribuição fictícia
- (D) suspender a apreciação do pedido de aposentadoria, para demandar arguição de descumprimento de preceito de fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, suscitando a inconstitucionalidade da lei municipal que permite a contagem de tempo de contribuição fictícia
- (E) deixar de dar cumprimento àquela lei municipal que permite a contagem de tempo de contribuição fictícia, por ela ser manifestamente inconstitucional e, conseqüentemente, negar o registro à aposentadoria

64. Durante um procedimento de tomada de contas ocorrido em uma empresa pública, verificou-se que atos de admissão resultantes de concurso interno para ascensão a empregos públicos não tinham sido levados à apreciação do Tribunal de Contas, para fins de registro. Diante dessa situação, deverá o Tribunal de Contas:

- (A) determinar à empresa pública que promova o competente registro daqueles atos de admissão de pessoal junto ao Tribunal de Contas
- (B) efetuar o registro daqueles atos de admissão de pessoal, aplicando multa ao administrador que deixou de fazê-lo
- (C) declarar a ilegalidade dos atos de admissão, em razão da inconstitucionalidade da ascensão a emprego público, e, consequentemente, negar registro àqueles atos de admissão
- (D) impor sanções administrativas pelo atraso no registro daqueles atos de pessoal
- (E) efetuar o registro daqueles atos de pessoal, recomendando ao chefe do setor de recursos humanos que leve à apreciação do Tribunal de Contas os atos de admissão de pessoal, inclusive aqueles decorrentes de ascensão funcional

65. No que diz respeito ao controle de legalidade das despesas públicas e dos atos administrativos, entende-se que o Tribunal de Contas:

- (A) deverá receber, previamente à realização de qualquer licitação, o edital do certame, ainda que não o tenha requisitado
- (B) poderá proceder a tomada de contas de qualquer entidade que administre ou receba recursos públicos
- (C) poderá convocar o Chefe do Poder Executivo para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre as contas por ele apresentadas
- (D) poderá promover atos de constrição patrimonial, como penhora e sequestro de bens
- (E) deverá requerer prisão cautelar administrativa de servidor, para apurar eventual ilícito contra as finanças públicas

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

66. A Lei Federal 8.429, de 2 de junho de 1992, trata da improbidade administrativa. Com respeito a essa lei, verifica-se que:

- (A) tem natureza penal, e prevê o crime de improbidade administrativa
- (B) dispõe sobre deveres funcionais, não sendo aplicável a pessoas que não exerçam função pública
- (C) estabelece penas graves e imprescritíveis para punir aqueles que praticam atos de improbidade administrativa
- (D) disciplina o dever de probidade, que está integrado na conduta do administrador público como elemento necessário à legitimidade de seus atos
- (E) trata do delito de peculato de uso

67. A Administração Pública é encarregada de gerir os bens e interesses públicos. Não lhe é possível dispor livremente disto; pelo contrário, essa gestão tem o objetivo de satisfazer o bem comum. Impõe-se, assim, como consequência, o tratamento impessoal, igualitário ou isonômico que deve o Poder Público dispensar a todos os administrados. Dos princípios da igualdade e da impessoalidade decorrem os seguintes institutos:

- (A) contrato administrativo e convênio
- (B) concessão e ato administrativo
- (C) concurso público e licitação
- (D) credenciamento e empenho
- (E) orçamento e revogação

- 68.** Uma vez investida em uma função pública, a pessoa, na condição de administrador público, torna-se gestor da coisa pública, assumindo o papel de autoridade. Passa, assim, a deter poderes e deveres específicos do cargo ou da função. Esses poderes e deveres do administrador público, expressos em lei, são os impostos pela moral administrativa e exigidos pelo interesse público. Cada agente administrativo é investido da necessária parcela de poder público para o desempenho de suas atribuições, observando-se que:
- (A) o uso de autoridade pelo administrador público só é lícito quando o agente o fizer no exercício de suas funções
 - (B) a autoridade do administrador público é vitalícia, acompanhando o servidor público por toda a sua vida
 - (C) ainda que o administrador público não esteja no exercício de suas funções, ele poderá se valer das prerrogativas do cargo ou função pública que ocupa, quando entender ser conveniente e adequado
 - (D) uma vez concedida certa prerrogativa funcional ao administrador público, esta não poderá ser posteriormente revogada, sob pena de violação à garantia do direito adquirido
 - (E) a autoridade pública decorre diretamente do princípio da hierarquia
- 69.** Em decorrência do exercício de sua função, um determinado servidor tem à sua disposição um veículo de propriedade do Município. Ele o utiliza para fazer uma viagem de lazer num feriado. Esta conduta caracteriza:
- (A) crime de peculato de uso
 - (B) ato regular de gestão
 - (C) falta administrativa leve
 - (D) ato de improbidade administrativa
 - (E) crime de corrupção ativa
- 70.** Uma repartição pública recebe computadores novos. Um servidor dessa repartição, verificando que os computadores novos são mais modernos e de tecnologia mais avançada, resolve trazer o seu computador pessoal de casa, para substituí-lo por um desses novos. Essa conduta caracteriza:
- (A) crime de apropriação indébita
 - (B) crime de peculato
 - (C) crime de corrupção passiva
 - (D) crime contra as finanças públicas
 - (E) crime de emprego irregular de verbas públicas